

## DESENVOLVIMENTO POSITIVO DE JOVENS: PERSPECTIVAS PARA A PESQUISA E INTERVENÇÃO

Hellen Tsuruda Amaral (UFPR)<sup>1</sup>

Josafá Moreira da Cunha<sup>2</sup>

Lidia Natalia Dobrianskyj Weber<sup>3</sup>

**Introdução:** Concepções sobre a infância e, especialmente, a adolescência como um momento de déficit ainda não foram superadas na literatura sobre jovens. Embora seja importante continuar o atendimento a demandas relacionadas a problemas e riscos que os envolvem, surgem concepções teóricas com implicações epistemológicas e metodológicas para essa mudança de paradigma. **Método:** Esse artigo possui o objetivo de apresentar algumas concepções teóricas na produção científica contemporânea sobre o conceito de “Desenvolvimento Positivo de Jovens”, por meio de uma revisão narrativa do construto. **Resultados:** O termo é abordado a partir da Teoria Relacional de Sistemas de Desenvolvimento, e como parte de um movimento iniciado na psicologia positiva e que apresenta um paradigma com ênfase em forças para o desenvolvimento. Destacam-se os programas com esse foco, assim como abordagens que preveem recursos tanto individuais, quanto dos contextos específicos para o desenvolvimento positivo, como por exemplo, a abordagem dos “6Cs”. **Conclusão:** Propõe-se que a delimitação do conceito possa subsidiar pesquisas e práticas que promovam o desenvolvimento positivo de jovens brasileiros em diferentes áreas que trabalham com o desenvolvimento da juventude.

**Palavras-chave:** desenvolvimento positivo de jovens; teoria relacional de sistemas de desenvolvimento; teoria dos 6cs.

---

<sup>1</sup> Psicóloga, mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Mestre e Doutor em Educação (UFPR)

<sup>3</sup> Mestre e doutora em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo com Pós-doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde na Universidade de Brasília.

## POSITIVE YOUTH DEVELOPMENT: PERSPECTIVES FOR RESEARCH AND INTERVENTION

**Introduction:** Conceptions about childhood and especially adolescence as a time of deficit have not yet been overcome in the literature on young people. Although it is important to continue addressing the demands related to problems and risks that involve them, theoretical conceptions with epistemological and methodological implications for this paradigm shift arise. **Method:** This article aims to present some theoretical conceptions in contemporary scientific production on the concept of “Positive Youth Development”, through a narrative review of the construct. **Results:** The term is approached from the Relational Developmental Systems Theory and as part of a movement initiated in positive psychology which presents a paradigm with an emphasis on forces for development. We highlight programs with this focus and approaches that provide for both individual resources and specific contexts for positive development, such as the “6Cs” approach. **Conclusion:** It is proposed that the delimitation of the concept can support research and practices that promote the positive development of young Brazilians in different areas that work with youth development.

**Keywords:** positive youth development; relational theory of development systems; 6cs theory.

## Introdução

A visão de que a infância e a adolescência são períodos distintos do desenvolvimento humano, com mudanças intensas e potencial para a prosperidade é relativamente recente na história ocidental (Taylor & Workman, 2018). Especialmente a transição da infância para a adolescência e a própria adolescência são comumente percebidas como momentos em que haverá dificuldades e estresses (Lerner, 2005). Ou seja, prevalece uma visão focada nos déficits desse momento do ciclo vital em vários campos do conhecimento, estando a psicologia entre eles. Entretanto, a literatura contemporânea sobre o desenvolvimento positivo de jovens (DPJ) - que discute sobre o crescimento de crianças e adolescentes - têm demonstrado que esse momento pode envolver benefícios importantes para o indivíduo e seu contexto (Shek et al., 2019). Portanto, este artigo pretende discutir pontos-chave dentre abordagens sobre o DPJ através de uma revisão narrativa, com o intuito de fornecer um panorama sobre essa perspectiva para pesquisas e intervenções com essa população.

Em décadas recentes se destacou na Psicologia a necessidade em compreender aspectos que possam contribuir para a promoção da prosperidade do ser humano (Peterson & Seligman, 2004). Essa necessidade do campo foi abordada sob diferentes abordagens, incluindo a articulação de uma proposta descrita como “Psicologia Positiva”, uma das possibilidades dentro do campo da ciência psicológica como forma de auxiliar no bem-estar e desenvolvimento humano (Gable & Haidt, 2005). Ressalta-se que esta ênfase em aspectos “positivos” não implica em uma negação das mazelas que acometem o ser humano, mas em uma visão que pretende expandir a pesquisa e práticas psicológicas voltadas para a promoção de forças de caráter, competências e outros aspectos relacionados a uma vida próspera.

Mais especificamente com relação a jovens, observou-se a mesma necessidade de ampliação do alcance do conhecimento sobre a juventude, superando o enfoque limitado a pesquisas e intervenções que buscassem somente a diminuição de aspectos indesejados segundo os padrões sociais de seu momento (Benson et al., 2007). Essas mudanças foram refletidas em abordagens e práticas que tinham como

objetivo oportunizar o bem-estar, a prosperidade e o desenvolvimento para os indivíduos e as demais instituições sociais (Lerner et al., 2015). A mudança de compreensão da infância, e especialmente da adolescência, como momentos de oportunidades para o desenvolvimento ao invés da ênfase em déficits pode mudar as concepções sobre esse momento do ciclo vital, e as práticas e instituições que atendem a essa população. Compreender a juventude em seu potencial para a prosperidade pode mudar a organização de currículos, serviços de saúde, práticas parentais dentre outras práticas e instituições que atendem jovens. Além disso, esta mudança de enfoque pode ajudar a reduzir estereótipos sobre a juventude que enfatizam dificuldades e estresse, enfatizando o potencial de jovens para contribuição em suas comunidades e sociedade.

Na literatura acerca da juventude, a utilização do termo desenvolvimento positivo de jovens (DPJ) tornou-se cada vez mais frequente em estudos sobre processos de desenvolvimento e intervenções que refletiam essa necessidade de mudança paradigmática (Catalano et al., 2002). Contudo, o termo ainda se apresenta amplo e parece ser utilizado em sentidos distintos, especialmente quando se consideram estudos que não foram realizados nos Estados Unidos (Domingues et al., 2014). Em uma revisão do conceito e perspectivas do campo, Shek e Wu (2019) descrevem alguns modelos que tem se ocupado do estudo de desenvolvimento positivo nessa faixa etária, destacando a Aprendizagem Socioemocional (Ross & Tolan, 2018), a Abordagem de Recursos do Desenvolvimento (Benson et al., 2007), a Abordagem dos 6Cs (Lerner et al., 2005), Programas de DPJ com base em 15 recursos de desenvolvimento (Catalano et al., 2002), dentre outros.

Outras concepções sobre DPJ envolvem a apreensão do termo como um sinônimo de programas que buscam o desenvolvimento de jovens (ex. McDavid et al., 2015) ou como uma derivação da psicologia positiva (Franco & Rodrigues, 2014). Segundo Santos e colaboradores, o construto de DPJ é amplo, envolvendo diferentes abordagens que buscam auxiliar o jovem na sua transição para a vida adulta (Santos et al., 2016). Há estudos que o indicam como um campo de estudo construído a partir de diferentes conceitos que enfatizam as forças de jovens (Nickerson et al., 2019), uma filosofia (Riciputi et al., 2016); programas focados no desenvolvimento de jovens

(McDavid et al., 2015). Ainda que com visões distintas sobre o conceito, representam as mesmas bases, de que se é necessária a mudança de foco no déficit para as forças da juventude. Contudo, nem todas essas abordagens se ocupam da operacionalização do termo específico de DPJ.

## **Método**

A partir dos pressupostos acima, esse estudo teve como objetivo explorar algumas concepções teóricas na produção científica contemporânea sobre o desenvolvimento positivo de jovens, por meio de uma revisão narrativa do construto. Esta análise do construto poderá subsidiar avanços na pesquisa e intervenção envolvendo jovens, com possíveis repercussões em áreas como a educação e saúde no Brasil. Serão apresentadas algumas abordagens que buscam a delimitação teórica do conceito de DPJ, especialmente as derivadas da Teoria Relacional de Sistemas de Desenvolvimento (TRSD) (Overton, 2015).

## **Concepções sobre Desenvolvimento Positivo de Jovens**

Na delimitação sobre o conceito de DPJ, encontra-se na literatura da área o consenso de que esse foi propagado com maior ênfase a partir da década de 1990, apoiado majoritariamente nas ideias de pesquisadores estadunidenses, os quais apontavam que recursos ambientais são necessários para o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes (Ocampo et al., 2019). Desde aquele momento, destacava-se na proposta a importância da mudança desde uma visão centrada em déficits dos jovens, rumo a ênfase em suas forças. Vale notar que o DPJ era naquele momento, e ainda permanece em certo grau, um termo genérico englobando concepções distintas, mas alinhadas a uma visão positiva sobre o desenvolvimento humano (Seoane & Pérez, 2017).

Em pesquisas conduzidas na área de psicologia no Brasil e alinhadas a uma

perspectiva positiva sobre o desenvolvimento de jovens, destacam-se estudos no campo da psicologia do desenvolvimento, sendo relevante a disseminação e aplicação do debate sobre esta abordagem no contexto nacional (Senna & Dessen, 2012). Ainda na produção brasileira, a visão de que esse conceito desponta a partir da década de 1990 e traz uma mudança de visão positiva para adolescência também é compartilhada por Rigoni e colaboradores (2017) e por Franco e Rodrigues (2018), indicando que os contextos da juventude devem auxiliar na exploração de suas forças.

Assim como em outras áreas de estudo na psicologia, é preciso questionar em que medida modelos teóricos produzidos a partir de evidências majoritariamente estrangeiras respondem adequadamente a demandas e perspectivas sobre o desenvolvimento positivo de jovens brasileiros, dialogando com aspectos do contexto em que crianças e adolescentes se desenvolvem. Estudos nacionais recentes (Franco et al., 2018; Nascimento et al., 2019; Netto et al., 2020) definem o DPJ a partir da Teoria dos 6Cs, uma especificação de condições necessárias para o desenvolvimento positivo de jovens proposta por Lerner e colaboradores (2005), que se concentra em seis dimensões do desenvolvimento positivo (Competência, Confiança, Caráter, Cuidado e Compaixão, Conexão e Contribuição). A abordagem dos 6Cs, como umas possíveis para o DPJ é derivada da Teoria Relacional de Sistemas de Desenvolvimento (TRSD) (Overton, 2015), detalhada nos parágrafos subsequentes, assim como outras abordagens pautadas nessa teoria.

### **Teoria Relacional de Sistemas de Desenvolvimento**

O conceito do DPJ é frequentemente abordado como uma derivação da Teoria Relacional de Sistemas de Desenvolvimento (TRSD) (Overton, 2015). A TRSD parte do foco das ciências do desenvolvimento, compreendendo o indivíduo em suas mudanças ao longo do ciclo vital, o qual é uma parte que integra os processos evolutivos aos quais a espécie humana passa (Overton, 2015). Portanto, essa teoria pressupõe que o contexto e o indivíduo não podem ser separados para se

compreender os processos de desenvolvimento humano e as trajetórias individuais. Nessa abordagem, a mudança de paradigma em relação a outras concepções que levam em conta o contexto é representada pelo rompimento com construtos cartesianos sobre o desenvolvimento humano. O crescimento ao longo do ciclo vital passa a ser visto como um processo holístico (ao invés de atomista), ativo (ao invés de fixo), de mudanças e transformação (em oposição ao “ser/estar”), de compreensão da natureza humana como um processo (não uma “substância” imutável”, e que necessita de organização em seu progresso (não uniformidade) (Overton, 2015, p. 4).

Segundo as ideias da TRSD, seja em sua constituição biológica, seja em suas relações, o ser humano apresenta funcionamento via sistemas que agem de forma recíproca entre cada nível de interação (Overton, 2015). A partir desses pressupostos, a diferença com outras abordagens que se sustentam em uma visão sistêmica está na ênfase para como o ser humano vive e atua em seu contexto, assim como na incorporação da interdisciplinaridade ao inserir outros campos do conhecimento (exemplo: biologia evolutiva, antropologia) para uma compreensão mais aprofundada sobre o desenvolvimento humano em diversos níveis de interação (Lerner et al., 2015). Nas escolhas metodológicas esses pressupostos refletem na escolha, por exemplo, do uso de procedimentos sensíveis a mudanças ao longo do tempo e a análise das contribuições individuais (Lerner & Callina, 2014).

Ao descrever o DPJ como uma derivação da TRSD, compreende-se que o DPJ identifica o desenvolvimento como bidirecional entre o indivíduo e os contextos em que se insere, sendo que o desenvolvimento pode ser considerado como adaptativo quando beneficia tanto a pessoa em desenvolvimento quanto a esses contextos (Lerner et al, 2015). Contudo, ainda que uma derivação da TRSD, percebe-se certa difusão de definições do conceito de DPJ. A Tabela 1 apresenta uma síntese de três concepções de DPJ articuladas à TRSD.

**Tabela 1***Concepções sobre desenvolvimento positivo de jovens na literatura*

Concepção	Síntese	Derivações da TRSD	Síntese
		Programas com Foco no Desenvolvimento Positivo de Jovens (Catalano et al., 2002).	Propõe de 15 construtos para a avaliação de recursos e desenvolvimento de crianças e adolescentes
Teoria Relacional de Sistemas de Desenvolvimento (TRSD) (Overton, 2015)	Uma metateoria que aproxima achados na psicologia do desenvolvimento, epigenética e outros campos do conhecimento que compreendem o desenvolvimento humano como holístico, processual e sempre em mudança.	A abordagem dos Recursos de Desenvolvimento (Benson et al., 2007)	Parte do pressuposto que jovens possuem capacidade para o desenvolvimento, desde que fornecidos os recursos materiais e relacionais, propõe 40 recursos para o desenvolvimento
		A Abordagem dos 6Cs e (Lerner et al., 2005, 2015).	Integrada com a perspectiva de recursos do desenvolvimento. Compreende o DPJ como a interação entre seis "Cs": Competência, Confiança, Caráter, Cuidado e Compaixão, Conexão, e Contribuição.

A partir desta compreensão sistêmica e relacional fornecida por essa teoria, os Programas com Foco no Desenvolvimento Positivo de Jovens (Catalano et al., 2002), a abordagens de Recursos de Desenvolvimento (Benson et al., 2007), e a abordagem dos 6Cs e o Desenvolvimento Positivo de Jovens (Lerner et al., 2005) tem se destacado por sua repercussão articulando o campo de estudos sobre o desenvolvimento positivo de jovens. A seguir, são apresentados aspectos introdutórios sobre essas perspectivas.



## Programas com Foco no Desenvolvimento Positivo de Jovens.

Na definição sobre o construto de DPJ uma descrição comum é como o desenvolvimento de programas que trabalham com crianças e adolescentes e que buscam a promoção do desenvolvimento integral nessa população (Ma et al., 2019; Franco et al., 2018). Ao revisar a literatura no início da década de 2000 e que serve de base para a discussão do conceito ainda contemporaneamente, Catalano e colaboradores (2002) definem o DPJ a partir de programas com esse foco, com uma proposta que dialoga com a TRSD e com o modelo de Recursos do Desenvolvimento (descrito na próxima seção) (Benson et al., 2007). Essa compatibilidade pode ser observada através da definição de recursos específicos que podem ser abordados em programas com foco no DPJ, sendo aqueles que apresentam em seus objetivos pelo menos um ou mais dentre quinze construtos para a avaliação de recursos e desenvolvimento dos jovens, que serão descritos a seguir segundo as concepções dessa perspectiva.

Dentre os quinze recursos identificados pelos referidos pesquisadores (Catalano et al., 2002) se encontra a promoção da **conexão com outros**, especialmente com adultos significativos em suas vidas e pares, que geralmente começam no núcleo familiar, mas se expandem conforme a criança vai se desenvolvendo. Ao abordar a conexão com outros podemos identificar nesse recurso os relacionamentos sociais com a família, professores ou outros adultos significativos na vida desse jovem a depender de seu contexto; como por exemplo o vínculo com autoridades religiosas para algumas culturas. Os pares também possuem um papel importante no desenvolvimento de jovens, que vão se alterando ao longo do ciclo vital e muitas vezes apresentando cada vez maior significância (Taylor & Workman, 2018).

A promoção de competências específicas no campo social, emocional, cognitivo, comportamental e moral também é um dos recursos fomentados em programas de DPJ. Em relação a **competência social** estariam as habilidades relacionadas a interação desse jovem a fim de atingir objetivos interpessoais e sociais (Catalano et al., 2002, p.17). A **competência emocional** envolve a compreensão sobre os próprios sentimentos e o reconhecimento dessas em outros. A **competência**

**cognitiva** envolve a combinação entre habilidades relacionadas ao desempenho acadêmico, integradas com habilidades de resolução de problemas, tomadas de decisão, percepção e relacionamento com outros e com si mesmo. Sobre a **competência comportamental**, pode-se referir a ela como um conceito composto por três dimensões, sendo elas as ações adaptativas - como por exemplo - ajudar os outros, fazer atividades produtivas - e a comunicação verbal e a não-verbal. Por sua vez, a **competência moral** é concebida nessa abordagem como a capacidade de compressão e resposta a questões relativas às normas sociais, de forma ética e justa. Em programas de DPJ é comum que sejam trabalhadas a promoção de empatia, responsabilidade social, entre outros para facilitar o desenvolvimento da competência moral (Catalano et al., 2002).

Próximo a esses conceitos está a promoção de **autodeterminação** como um recurso de DPJ, indicando a tomada de ações de maneira consistente com os valores dos jovens, permitindo seu empoderamento, capacidade de autoadvocacia e outros comportamentos de forma a promover autonomia de uma maneira que seja benéfica na trajetória desse sujeito.

Outro recurso abordado em programas de DPJ é a **resiliência**, que é reconhecida como a capacidade de adaptação a eventos estressantes. Em programas de DPJ, por exemplo, podem ser trabalhadas estratégias de enfrentamento para que esse jovem aprenda a lidar com situações com essas características. Em um sentido próximo, o recurso de **autoeficácia** também é constantemente abordado como necessário para o enfrentamento de situações estressantes, indicando a autopercepção sobre a sua capacidade de atingir os resultados buscados através das suas ações (Catalano et al., 2002).

A busca por uma **identidade positiva e definida** também é reconhecida como um recurso importante para o DPJ, pois reflete o quanto esse jovem possui uma organização coerente de si mesmo, de forma saudável para si. Além da identidade, os recursos associados a **crenças no futuro** demonstram o quanto essa criança/adolescente possui esperança e objetivos para seu futuro, sendo que, programas que promovem **o reconhecimento de comportamentos positivos** são aqueles que fomentam o envolvimento de jovens em atividades pró-sociais e escolhas

que possam levar a resultados benéficos para esse jovem a sua comunidade no presente e no futuro.

O **envolvimento pró-social** é um recurso que pode ser desenvolvido a partir da promoção de atividades ou eventos em que os jovens podem fazer trocas sociais e contribuições para seu contexto. As **normas pró-sociais** são recursos para estimular jovens na adoção de comportamentos saudáveis segundo seus parâmetros contextuais, de forma que haja redução de comportamentos de risco e amplie o envolvimento social (Catalano et al., 2002).

Além desses quatorze recursos, a **espiritualidade** também se mostra associada à promoção de bem-estar e nessa abordagem não necessariamente é associada com a religiosidade, mas não a exclui. Isto é, programas de DPJ que promovem recursos de espiritualidade podem estar associados tanto a entidades religiosas, quanto a práticas promotoras de reflexão, meditação ou busca por crenças (Catalano et al., 2002).

Segundo o referido modelo, seria a interação dos adolescentes com os seus contextos que proporcionam o acesso aos recursos e, por consequência, o desenvolvimento positivo. Observa-se que um dos diferenciais desse modelo é a delimitação de construtos específicos para o desenvolvimento positivo de crianças e adolescentes. Ressalta-se que esse modelo foi base para uma escala chinesa que avalia o DPJ (Shek & Wu, 2019), e tem sido utilizada como referência para a maior parte dos estudos desenvolvidos sobre o DPJ no contexto chinês (Wen et al., 2015). Essas diferenças sugerem que as variações contextuais necessitam ser compreendidas com maior afinco, a fim de viabilizar estudos e intervenções adequadas à promoção do desenvolvimento positivo, respeitando-se as necessidades dos contextos nos quais esses jovens vivem e agem; bem como compreendendo que, muitas vezes, a variabilidade cultural não pode ser compreendida com a simples tradução de um modelo, sendo necessário seu estudo aprofundado e conhecimento de outras abordagens na área.

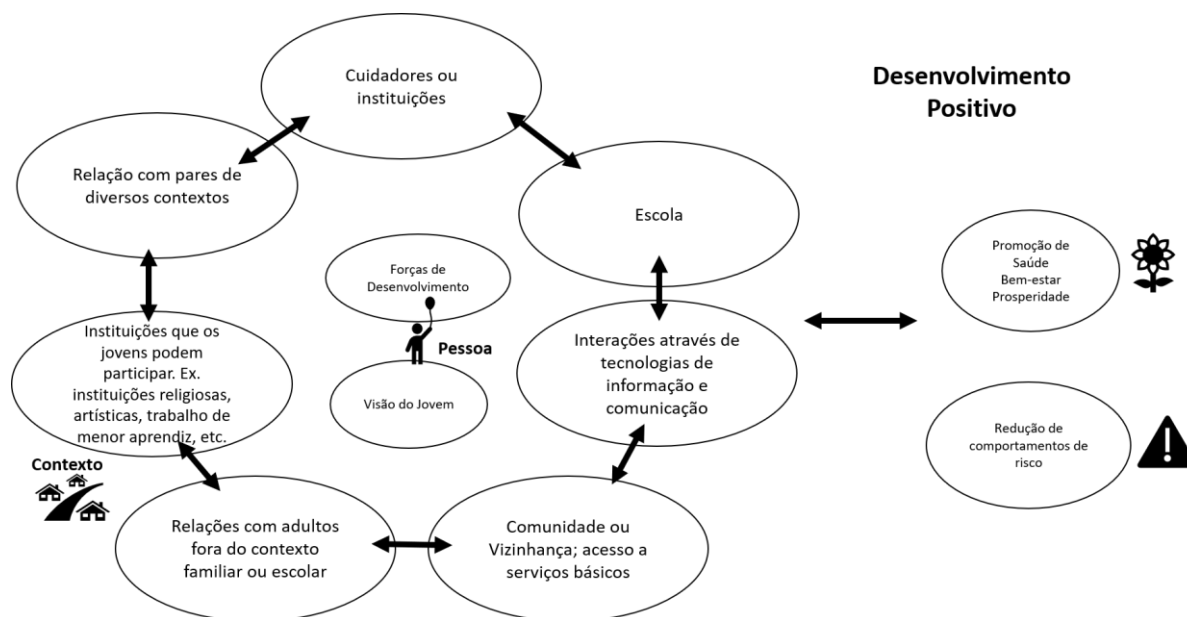
## A abordagem de Recursos de Desenvolvimento

A definição do DPJ como sinônimo de recursos e programas de desenvolvimento para crianças e adolescentes foi uma das abordagens iniciais no campo, especialmente considerando as derivações da TRSD. Entretanto, uma das primeiras definições operacionais do conceito de DPJ como campo teórico - e enfoque não necessariamente em programas de desenvolvimento - foi apresentada por Peter Benson no início da década de 1990 e aperfeiçoada ao longo dos anos (Benson et al., 2007; 2011). Nesse processo o modelo foi denominado de Recursos do Desenvolvimento (Benson et al., 2007), indicando que ativos tanto do ambiente, quanto da pessoa deveriam ser promovidos desde os primeiros anos de vida, especialmente ao se focar no DPJ.

Essa abordagem é fundamentada em pressupostos que enfatizam a capacidade de jovens para o desenvolvimento positivo, que é potencializado na medida em que interage com um ambiente que nutre seu desenvolvimento tanto por meio de relacionamentos benéficos quanto por meio da disponibilidade de recursos que favorecem o desenvolvimento, reconhecendo ainda o papel ativo de crianças e adolescentes em seus processos de desenvolvimento positivo (Benson et al., 2007). Deste modo, o modelo de Benson para o DPJ destaca tantos aspectos da pessoa, quanto contribuições do contexto que interagem para potencializar o desenvolvimento positivo. A Figura 1 apresenta uma síntese do modelo indicado por Benson e colaboradores (2007) sobre como essa interação proposta ocorreria para o desenvolvimento positivo de jovens.

Figura 1

*Modelo de Desenvolvimento Positivo proposto por Benson e Colaboradores – Interação entre fatores do contexto e da pessoa para a promoção de desenvolvimento positivo de jovens.*



Como é possível observar na Figura 1, o modelo de desenvolvimento sob essa perspectiva (Benson et al., 2007, p. 896) prevê interações bidirecionais entre os ambientes e os sujeitos a partir de recursos para que o jovem possa se desenvolver. Nota-se que o suporte é fundamental para que as forças de desenvolvimento do jovem prosperem, permitindo redução de comportamentos de risco (quando existentes) e proporcionando sua saúde, bem-estar e prosperidade tanto para o jovem, quanto para a sua comunidade.

Se as abordagens que tiveram como base os programas de desenvolvimento positivo identificaram quinze recursos para a promoção do DPJ (Catalano et al., 2002), o presente modelo em discussão apresentou evoluções até a proposição de 40 recursos específicos para o desenvolvimento positivo, sendo vinte deles internos e vinte externos (Benson, 1997; 2007). Os recursos internos estariam relacionados a condições que são desenvolvidas nos sujeitos, enquanto os recursos externos refletem a interação da criança ou adolescente com o seu contexto. Nessa abordagem se identificam como recursos internos o **comprometimento com o aprendizado** (subdivido em engajamento e motivação acadêmica, conexão com a escola e com as

atividades, prazer em atividades de leitura), **valores positivos** (composto por valores como integridade, honestidade, responsabilidade, cuidado, justiça social) **identidade positiva** (subdividida em autoestima, propósito, visão positiva sobre o futuro), e **competências sociais** (composta por competências interpessoais e culturais, resiliência e resolução de conflitos). Nessa mesma perspectiva, os recursos externos estariam subdivididos em: **suporte emocional** (apoio e comunicação familiar, de outros adultos significativos, clima escolar e relacionamento com a vizinhança, participação família na vida escolar), **empoderamento** (contribuição para outros membros da comunidade, segurança, autonomia), **uso construtivo do tempo** (atividades em contextos diversos que promovam desenvolvimento, como por exemplo a frequência em atividades desportivas, religiosas entre outras), **conexões e expectativas sobre seu comportamento** (conexões sociais com a família, pares, adultos significativos) (Shek et al., 2019).

Ainda que a abordagem de Recursos do Desenvolvimento tenha sido desenvolvida a partir de um contexto norte-americano, especialmente o estadunidense, esse modelo para o DPJ é um dos que tem sido amplamente abordado na literatura científica sobre DPJ, com evidências da eficácia desse modelo entre culturas distintas (Wiium & Dimitrova, 2019). Contudo, essa concepção não encerra a definição de DPJ e por esse motivo também são abordadas nesse artigo outras concepções que auxiliam na delimitação do conceito de DPJ.

### **A Abordagem dos 6Cs e o Desenvolvimento Positivo de Jovens.**

Como parte das abordagens derivadas da TRSD, a concepção proposta por Lerner, a partir do modelo dos “5Cs” e posteriormente expandido para “6Cs” (Lerner et al., 2005) é uma das perspectivas mais citadas na literatura sobre o DPJ, especialmente por ter sido utilizada em um estudo estadunidense longitudinal e de abrangência nacional, o estudo 4H (Lerner et al., 2019). Segundo esse modelo, o desenvolvimento positivo de uma criança e um adolescente seria propiciado com a combinação entre recursos do ambiente com forças individuais, levando aos “5Cs”,

sendo eles: - Competência, Confiança, Caráter, Cuidado/Compaixão, Conexão, que podem gerar o 6º “C”, a Contribuição. Essa abordagem utiliza como referência os recursos do ambiente e forças individuais descritos no modelo de Recursos do Desenvolvimento (Benson et al., 2007), como por exemplo os conceitos de identidade positiva, conexão com a comunidade, adultos significativos, engajamento escolar, entre outros (Lerner et al., 2015). Assim, o desenvolvimento dos Cs ocorreria através da interação entre fatores contextuais e individuais. A distinção desse modelo em relação ao de Recursos do Desenvolvimento seria a operacionalização de categorias específicas para o desenvolvimento positivo, com ênfase na interação e não no recurso ou característica individual em si, e o acréscimo da temporalidade dessas dimensões até a o desenvolvimento da Contribuição.

A proposição de diferentes modelos nessa abordagem reflete um aspecto essencial da TRSD, a compreensão do desenvolvimento como um processo de mudança. Isso se exemplifica através da ideia de que a interação entre os cinco Cs nas trajetórias de desenvolvimento pode levar à contribuição, o sexto componente dessa abordagem (Lerner, 2005). Isto é, através do desenvolvimento de competências variadas, confiança, desenvolvimento do caráter, cuidado, compaixão e conexão com suas comunidades, é possível o processo de contribuição para si e para outros a seu redor, bem como a redução de comportamentos de risco, caracterizando a concepção dessa abordagem da constituição do DPJ. Portanto, essa abordagem pressupõe um caráter longitudinal e que justifica a alteração tanto em um sentido de investigação científica, quanto de implicações para práticas com jovens. Essa mudança dos 5Cs para os 6Cs também representa o pressuposto da TRSD de que o DPJ é um processo e que necessita de organização em seu percurso.

Mais especificamente sobre os conceitos-chave dessa abordagem (Lerner et al., 2015; 2019), a interação dos recursos internos e externos pode resultar na **competência**, definida como a percepção positiva em áreas como a social, emocional, cognitiva, comportamental e moral. Esse conceito se aproxima das ideias propostas por Catalano e colaboradores (2002), indicando que a definição de competência abrange relações inter e intrapessoais, bem como acadêmicas. Ao avaliar implicações práticas dessa abordagem, observa-se que a noção de competências como um

construto multidimensional pode ser necessária na elaboração de currículos escolares, por exemplo. Ademais, esses conceitos indicam a necessidade de interação entre fatores individuais e contextuais no DPJ, minimizando concepções reducionistas ou culpabilizantes nas intervenções com esse público.

O segundo C dessa abordagem é representado pela **confiança**, caracterizada como o autoconceito global positivo em diversos campos (Phelps et al., 2009). Nessa teoria a confiança é do sujeito em si de uma forma global, seu autovalor, não em relação a domínios específicos e por esse motivo ela se distingue da competência (Lerner et al., 2005). Em outras palavras, se a competência é relativa a domínios específicos na trajetória desse jovem, a confiança é relativa ao seu autoconceito global, ou “senso de si mesmo”.

A **conexão** representa o terceiro C dessa abordagem e envolve a ligação percebida nos relacionamentos e seus variados contextos (Lerner et al., 2005). Um jovem pode sentir conexão com a sua família, seus pares, professores, profissionais de saúde, membros da comunidade, entre inúmeras outras possibilidades, a depender de seu contexto. Ainda que possa ocorrer de forma distinta a depender do jovem e seu momento de vida, ela representa um elemento importante nas trajetórias de DPJ e deve ser contemplada em programas que buscam o desenvolvimento positivo.

Como quarto C está o conceito de **caráter**, que envolve o respeito e aderência a padrões morais e culturais valorizados no contexto (Lerner et al., 2005). Nessa perspectiva de DPJ (Lerner et al., 2011), o caráter envolve questões do indivíduo e do seu contexto. Esse autor o define como o respeito pelas normas culturais e sociais e que também envolve padrões morais do sujeito (Lerner, 2011). Assim como no conceito de confiança, o caráter pode ser subdividido em moral (valores de “certo X errado” para o sujeito e questões filosóficas a respeito da sociedade), cívico (relativo a ser um membro que contribui para a sua sociedade), intelectual (compreensão sobre questões de juízo moral e crenças pessoais) e comportamental (como essa criança ou adolescente age nas relações sociais segundo suas reflexões e valores) (Berkowitz & Bier, 2017). Portanto, a definição de caráter envolve como esse jovem percebe e age em prol de seu contexto e pode acarretar questões significativas para as suas relações sociais.



A noção de **cuidado e compaixão** compõe o quinto C dessa abordagem e reflete o quanto o jovem percebe o outro com um ser com necessidades e direitos (Lerner et al., 2005). Isto é, o quanto a criança/adolescente se sente próximo do outro, reconhece-o como um ser de direitos e compreende as suas necessidades. Cuidado e compaixão nessa perspectiva também indicam o quanto o jovem sente empatia pelas angústias de outras pessoas (Bowers et al, 2010). Em relação a esses conceitos, percebe-se outro aspecto fundamental dessa teoria, que embora os construtos sejam descritos separadamente, sua integração é necessária para a compreensão e prática. Cuidado e compaixão só são possíveis quando se estabelece ao menos um senso de conexão com o outro e algumas competências sociais, como a empatia.

A articulação entre recursos internos e externos de jovens pode propiciar o desenvolvimento da competência, da confiança, da conexão, do caráter, do cuidado e compaixão. Nessa abordagem essas seriam as bases para o DPJ, que também leva em conta o objetivo pela diminuição de comportamentos de risco, quando existentes, mas não restringe a eles. Essa interação entre os 5Cs possibilitaria o sexto C, a **contribuição**, para si e para outros (Lerner et al., 2005). Portanto, o modelo dos 6Cs pressupõe que o DPJ é um processo e para que os efeitos da prosperidade de crianças e adolescentes sejam percebidos para além das trajetórias individuais é necessário se planejar estudos e ações que também tenham esse pressuposto contextual (Lerner et al., 2019).

## **Discussão**

O presente estudo teve como objetivo discutir pontos-chave dentre abordagens sobre o Desenvolvimento Positivo de Jovens (DPJ), através de uma revisão narrativa. Verificou-se que há certo consenso sobre o termo DPJ, indicando a mudança de paradigma no estudo e trabalho com crianças e adolescentes. Há modelos mais estudados, como por exemplo, a abordagem dos 6Cs, que define conceitos específicos associados com o DPJ, como as relações com pares, adultos e conceitos que o jovem possui de si (Lerner, 2005). Os recursos ambientais e relacionais (Benson et al., 2007;

Catalano et al., 2002) também indicam possibilidades para a prosperidade de jovens. Entretanto, tais concepções não encerram as discussões sobre o construto. Essa filosofia, abordagem, programa ou modelo para a compreensão do desenvolvimento – a depender como é concebida – enfatiza as forças de desenvolvimento de crianças e adolescentes, bem como os recursos para seu desenvolvimento.

Observou-se também que o termo apresenta estudos especialmente realizados nos Estados Unidos e em contextos europeus, e que pesquisas em outros ambientes ainda são emergentes e necessárias para a avaliação desse conceito em culturas distintas. Ao efetuar uma revisão sistemática sobre Programas de DPJ em países renda baixa e média, Catalano e colaboradores (2019) descrevem o baixo número de estudos em países com essas características, representando apenas 10,04% do total de estudos avaliados na área; e que mesmo nesses casos as pesquisas geralmente são concentradas na África do Sul, Índia e China. Os referidos autores também demonstram a necessidade de robustez e consistência na medição dos resultados de DPJ, com carência de medidas abrangentes e modelos com comprovação nestes contextos, especialmente de caráter longitudinal.

No Brasil esse tema ainda está em ascensão, necessitando investigação sobre suas especificidades, possíveis convergências ou divergências com modelos dominantes como a TRDS ou a Psicologia Positiva. Contudo, a análise preliminar já indica possibilidades, como por exemplo, a exploração da Teoria dos 6Cs em contexto nacional e a descoberta de particularidades desse ambiente. Entretanto, são necessárias pesquisas formativas que auxiliem na compreensão do conceito em contextos variados, como por exemplo, em que medida a realidade e expectativas de comunidades locais são refletidas nos modelos teóricos adotados em pesquisas orientadas pelo DPJ. Esses estudos podem viabilizar achados importantes para a promoção de recursos para o DPJ adequados às necessidades de contextos nacionais. Ademais, a compreensão do DPJ em países de baixa e média renda é necessária para o avanço do campo sobre desenvolvimento de crianças e adolescentes em contextos majoritários e que muitas vezes não são representados nos estudos publicados, com algumas exceções e que indicam a necessidade de avanço nesse contexto (Alvarado et al., 2017; Catalano, 2019).

Ainda que pretenda explorar o conceito de desenvolvimento positivo de jovens, esse estudo apresenta algumas limitações. O foco foi demonstrar como o termo específico tem sido conceituado na literatura sobre infância e adolescência, mas se reconhece que outras abordagens com intuito de promoção de bem-estar e desenvolvimento positivo não estão mencionadas na presente revisão narrativa. Um exemplo é a educação socioemocional de crianças e adolescentes (Petrucci et al., 2016), termo crescente na literatura para a promoção de DPJ em ambientes educacionais. Contudo, o presente artigo evidencia como o debate sobre o DPJ não apenas pode contribuir para avanços na pesquisa e intervenção, mas que é necessária uma avaliação contextual no trabalho com crianças e adolescentes, a fim de maximizar resultados benéficos e que a área de DPJ está consolidada em culturas distintas.

A ampliação do construto de DPJ na literatura científica brasileira é um caminho necessário para a superação de concepções deficitárias e não pautadas na ciência. É preciso que se compreenda as possíveis dificuldades, mas elas não podem ser o ponto-chave do desenvolvimento de crianças e adolescentes. Um exemplo de implicação prática dessas considerações é a necessidade de programas que visem o desenvolvimento de recursos internos e externos para crianças e adolescentes e que os compreendam de forma holística. Em outras palavras, que as intervenções e pesquisas não tenham desde sua base epistemológica a noção de “remediar” comportamentos inadequados ou indesejáveis, mas que identifiquem as forças dos jovens e seus contextos, mesmo em momentos de aparente adversidade e fraqueza. Essa mudança pode começar com transformações teóricas, que por sua vez poderão servir de base para psicoeducação, currículos, modelos de atendimento à saúde e políticas públicas.

Recomenda-se que futuros estudos e intervenções com crianças e adolescentes possuam uma conceituação nítida sobre esses momentos do ciclo vital e que abordem o desenvolvimento positivo de forma integral, visando a promoção de bem-estar e prosperidade. A mudança de paradigma na compreensão sobre a juventude embasa não somente uma metodologia distinta, mas práticas que têm desde sua base a noção compatível com um conceito de saúde integral, permitindo o estabelecimento de práticas promotoras de bem-estar, saúde e dignidade humana.

## Referências

Alvarado, G., Skinner, M., Plaut, D., Moss, C., Kapungu, C., and Reavley, N. A systematic review of positive youth development programs in low- and middle-income countries. In *Usaid*, 2017. <http://www.dmeformpeace.org/peaceexchange/wp-content/uploads/2017/09/Systematic-Review-of-PYD-Programs-in-LMICs1.pdf>

Benson, P. L., Scales, P. C., Hamilton, S. F., & Sesma, A. Positive Youth Development: Theory, Research, and Applications. In *O Handbook of Child Psychology*. John Wiley & Sons, Inc. <https://doi.org/10.1002/9780470147658.chpsy0116>, 2007.

Benson, P. L., Scales, P. C., & Syvertsen, A. K. The contribution of the developmental assets framework to positive youth development theory and practice. In *Advances in Child Development and Behavior* (Vol. 41, pp. 197–230). Academic Press Inc. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-386492-5.00008-7>, 2011.

Berkowitz, M. W., & Bier, M. C. Toward a science of character education. *Journal of Character Education*, 13(1), 33–51, 2017. [https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=qCJIDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA33&dq=berkowitz+character+positive+youth+development&ots=\\_BgxUpunq2&sig=a1D7eVfyFIHmbWu78FclsAUCuVQ#v=onepage&q=berkowitz+character+positive+youth+development&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=qCJIDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA33&dq=berkowitz+character+positive+youth+development&ots=_BgxUpunq2&sig=a1D7eVfyFIHmbWu78FclsAUCuVQ#v=onepage&q=berkowitz+character+positive+youth+development&f=false)

Bowers, E. P., Li, Y., Kiely, M. K., Brittan, A., Lerner, J. V., & Lerner, R. M. The Five Cs model of positive youth development: A longitudinal analysis of confirmatory factor structure and measurement invariance. *Journal of Youth and Adolescence*, 39(7), 720–735, 2010. <https://doi.org/10.1007/s10964-010-9530-9>

Catalano, R. F., Berglund, M. L., Ryan, J. A. M., Lonczak, H. S., & Hawkins, J. D. Positive youth development in the United States: Research findings on evaluations of positive youth development programs. *Prevention & Treatment*, 5(1), 2002. <https://doi.org/10.1037/1522-3736.5.1.515a>

Catalano, R. F., Skinner, M. L., Alvarado, G., Kapungu, C., Reavley, N., Patton, G. C., Jessee, C., Plaut, D., Moss, C., Bennett, K., Sawyer, S. M., Sebany, M., Sexton, M., Olenik, C., & Petroni, . Positive Youth Development Programs in Low- and Middle-Income Countries: A Conceptual Framework and Systematic Review of Efficacy. *Journal of Adolescent Health*, 65(1), 15–31, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2019.01.024>

Domingues, M. P., Cavichioli, F., & Gonçalves, C. E. Perspectiva ecológica na determinação de percursos desportivos contrastantes em jovens futebolistas. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 28(2), 249–261, 2014. <https://doi.org/10.1590/1807-55092014000200249>

Franco, G. de R., & Rodrigues, M. C. Programas de Intervenção na Adolescência:

Considerações sobre o Desenvolvimento Positivo do Jovem. *Temas Em Psicologia*, 22, 677–690, 2014. <https://doi.org/10.9788/TP2014.4-01>

Gable, S. L., & Haidt, J. What (and why) is positive psychology? *Review of General Psychology*, 9(2), 103–110, 2005. <https://doi.org/10.1037/1089-2680.9.2.103>

Lerner, R. M. Promoting positive youth development: Theoretical and empirical bases. In *White paper prepared for: Workshop on the Science of Adolescent Health and Development, National Research Council* (p. 92), 2005. <http://ase.tufts.edu/iaryd/documents/pubPromotingPositive.pdf>

Lerner, R. M., & Callina, K. S. Relational developmental systems theories and the ecological validity of experimental designs: Commentary on freund and isaacowitz. In *Human Development* (Vol. 56, Issue 6, pp. 372–380), 2014. Karger Publishers. <https://doi.org/10.1159/000357179>

Lerner, R. M., Lerner, J. V., P. Bowers, E., & John Geldhof, G. Positive Youth Development and Relational-Developmental-Systems. In *Handbook of Child Psychology and Developmental Science* (pp. 1–45), 2015. John Wiley & Sons, Inc. <https://doi.org/10.1002/9781118963418.childpsy116>

Lerner, R. M., Tirrell, J. M., Dowling, E. M., Geldhof, G. J., Gestsdóttir, S., Lerner, J. V., King, P. E., Williams, K., Iraheta, G., & Sim, A. T. R. The End of the Beginning: Evidence and Absences Studying Positive Youth Development in a Global Context. In *Adolescent Research Review* (Vol. 4, Issue 1), 2019. Springer. <https://doi.org/10.1007/s40894-018-0093-4>

Ma, C. M. S., Shek, D. T. L., & Leung, H. Evaluation of a Positive Youth Development Program in Hong Kong: A Replication. *Research on Social Work Practice*, 29(7), 808–819, 2019. <https://doi.org/10.1177/1049731518806579>

McDavid, L., McDonough, M. H., & Smith, A. L. An empirical evaluation of two theoretically-based hypotheses on the directional association between self-worth and hope. *Journal of Adolescence*, 41, 25–30, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2015.02.007>

Nascimento, J. R. A., Silva, A. A., Granja, C. T. L., Oliveira, D. V, Batista, R. P., & Fortes, L. S. Do sporting experiences predict team cohesion in youth athletes? *Cuadernos de Psicología Del Deporte*, 19(3), 102–112, 2019. <http://scielo.isciii.es/pdf/cpd/v19n3/1578-8423-CPD-19-3-00102.pdf>

Netto, I. M. C., Dos Santos, G. J., & Dos Santos, L. M. M. Musical groups as the context for promoting the positive development of adolescents. *Interface: Communication, Health, Education*, 24, 2020. <https://doi.org/10.1590/interface.190367>

Nickerson, A. B., Fredrick, S. S., Allen, K. P., & Jenkins, L. N. Social emotional learning (SEL) practices in schools: Effects on perceptions of bullying victimization. *Journal of School Psychology*, 73, 74–88, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.jsp.2019.03.002>

Ocampo, D. B., Romo-Parra, H., Villaverde, M. H., Guadarrama, E. M. V., Ibarra, A. I. S., Segal, K. A., Rodríguez, R. S., & González-González, A. Positive development in young people involved in volunteering and its relation to mirror neurons. *Revista Colombiana de Psicología*, 28(2), 77–90, 2019. <https://doi.org/10.15446/rcp.v28n2.72199>

Overton, F. W., & Molenaar, P. C. Processes, Relations and Relational-Developmental-Systems. In *Handbook of Child Psychology and Developmental Science* (pp. 4–48). Wiley, 2015.

Peterson, C., & Seligman, M. E. P. *Character strenghts and virtues: A handbook and classification* (First). Oxford University Press, 2004.

Petrucci, G. W., Borsa, J. C., & Koller, S. H. A Família e a Escola no Desenvolvimento Socioemocional na Infância. *Temas Em Psicologia*, 24(2), 391–402, 2016. <https://doi.org/10.9788/TP2016.2-01Pt>

Phelps, E., Zimmerman, S., Warren, A. E. A., Jeličić, H., von Eye, A., & Lerner, R. M. The structure and developmental course of Positive Youth Development (PYD) in early adolescence: Implications for theory and practice. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 30(5), 571–584, 2009. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2009.06.003>

Riciputi, S., McDonough, M. H., & Ullrich-French, S. Participant perceptions of character concepts in a physical activity-based positive youth development program. *Journal of Sport and Exercise Psychology*, 38(5), 481–492, 2016. <https://doi.org/10.1123/jsep.2016-0061>

Rigoni, P. A. G., Belem, I. C., & Vieira, L. F. Systematic review on the impact of sport on the positive youth development of high performance athletes. *Journal of Physical Education (Maringá)*, 28(1), 2854, 2017. <https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v28i1.2854>

Santos, F., Côrte-Real, N., Regueiras, L., Dias, C., & Fonseca, A. O papel do treinador no desenvolvimento positivo dos jovens através do desporto: Do que sabemos ao que precisamos saber. *Revista Iberoamericana de Psicologia Del Ejercicio y El Deporte*, 11(2), 289–296, 2016.

Senna, S. R. C. M., & Dessen, M. A. Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(1), 101–108, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000100013>

Seoane, A. M., & Pérez, B. L. Valores y aspectos positivos de la práctica deportiva en jugadores de baloncesto de 8 a 14 años. *Cuadernos de Psicología Del Deporte*, 17(3), 249–254, 2017. <https://revistas.um.es/cpd/article/view/314081/221061>

Shek, D. T., Dou, D., Zhu, X., & Chai, W. Positive youth development: current perspectives. *Adolescent Health, Medicine and Therapeutics, Volume 10*, 131–141, 2019. <https://doi.org/10.2147/ahmt.s179946>

Shek, D. T. L., & Wu, F. K. Y. Positive youth development and academic behavior in Chinese secondary school students in Hong Kong. *International Journal on Disability and Human Development*, 15(4), 455–459, 2016. <https://doi.org/10.1515/ijdh-2017-5012>

Taylor, S., & Workman, L. *The psychology of human social development: from infancy to adolescence*, 2018.

Wen, M., Su, S., Li, X., & Lin, D. Positive youth development in rural China: *The role of parental migration*. *Social Science and Medicine*, 132, 261–269, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2014.07.051>

Wium, N., & Dimitrova, R. Positive Youth Development Across Cultures: Introduction to the Special Issue. In *Child and Youth Care Forum* (Vol. 48, Issue 2, pp. 147–153), 2019. <https://doi.org/10.1007/s10566-019-09488-7>